

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.549 - SP (2019/0338663-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ZULMA AMARAL PINTO NAHUM
AGRAVANTE : ANA MARIA DE CARVALHO PEREZ
AGRAVANTE : APARECIDA MARIA PATERLINI
AGRAVANTE : DALVA APARECIDA DA SILVA ARRUDA
AGRAVANTE : DORALICE CHIUCHI DA COSTA
AGRAVANTE : EURIPIDAS NEVES LOURENCO
AGRAVANTE : EXPEDITA DE OLIVEIRA MACHADO
AGRAVANTE : IVONE BIANCHINI MARIANI
AGRAVANTE : JOSE HENRIQUE
AGRAVANTE : LAURA BERNARDETE TOLEDO SILVA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : LUCILENE DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MAGDA MARIA PAIVA CIETTO
AGRAVANTE : MARI HELENA TEIXEIRA FRAJACOMO
AGRAVANTE : MARIA ADAIR CASANOVA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA FERREIRA ROSSI
AGRAVANTE : MARIA CRISTINA LEMOS IATAURO
AGRAVANTE : MARIA INES DE BARROS NOGUEIRA
AGRAVANTE : MARIA ROCHA SOUZA RIBEIRO
AGRAVANTE : MARIA TEIXEIRA MENDES
AGRAVANTE : MARIVALDA ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MARLENE MARIA DOS SANTOS CARMO
AGRAVANTE : NADYA DE MELLO
AGRAVANTE : NAHIR PEREIRA GARCON
AGRAVANTE : NAJLA AHMED
AGRAVANTE : NERCI FERREIRA MARQUES COSTA
AGRAVANTE : ROSA ZONTA
AGRAVANTE : SILVINA APARECIDA ARCENCIO SANCHES
AGRAVANTE : SONIA MARIA DA SILVEIRA
AGRAVANTE : THERESINHA VIEIRA
AGRAVANTE : WANDA DOS SANTOS GONCALVES
AGRAVANTE : ZULMA AMARAL PINTO NAHUM
ADVOGADOS : RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465
MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS -
SP250793
LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM - SP329796
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JULIANA YUMI YOSHINAGA KAYANO - SP214131

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu

o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: inadequação da via para apreciar alegada violação a dispositivo constitucional; incidência do óbice da Súmula 280/STF.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, os referidos fundamentos, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**

Relator